Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. e Controladas

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui um montante R$270.616 mil de intangível, decorrente da aquisição de participação de 16% na controlada indireta Essentia PCHs S.A., ocorrida em 30 de junho de 2022 por meio de sua controlada Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. ("IBH XIX"). Em maio de 2023, a IBH XIX adquiriu mais um percentual de 15,8% na Essentia PCHs S.A., totalizando uma participação de 31,8%. A Companhia registrou em 2023 o montante total de R$15.884 mil referente à amortização do intangível, o qual inclui a parcela de R$3.622 mil correspondente à amortização que deveria ter sido reconhecida em 2022. Consequentemente, os lucros individual e consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão registrados a menor no montante de R$3.622 mil. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente também inclui modificação em decorrência do possível efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Giselle Teixeira D.

Giselle C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

2025SP038173

© 2025. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVIII S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	6	161	516	3.012	1.788
Tributos a recuperar	7	901	345	1.119	506
Partes relacionadas	10	6.357	1.098	21.918	7.392
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		7.419	1.959	26.049	9.686
NÃO CIRCULANTE					
Investimentos	8	448.803	302.170	430.284	295.984
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		448.803	302.170	430.284	295.984
TOTAL DO ATIVO		456.222	304.129	456.333	305.670

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
CIRCULANTE					
Fornecedores	9	12	7	17	1.554
Tributos a recolher		467	174	573	175
Partes relacionadas	11	6.486	1.131	6.486	1.124
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		6.965	1.312	7.076	2.853
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	12	428.000	299.205	428.000	299.205
Reserva legal		1.800	237	1.800	237
Reserva de lucros		19.457	3.375	19.457	3.375
Total atribuído aos acionistas		449.257	302.817	449.257	302.817
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		449.257	302.817	449.257	302.817
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		456.222	304.129	456.333	305.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVIII S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Nota				
Despesas gerais e administrativas	13	(352)	(82)	(21.374)	(16.582)
Resultado com participações societárias	8	26.347	8.282	46.878	24.521
Lucro operacional		25.995	8.200	25.504	7.939
Receitas financeiras	14	1.788	661	2.390	924
Despesas financeiras	14	(8)	(2)	(15)	(4)
Resultado financeiro		1.780	659	2.375	920
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		27.775	8.859	27.879	8.859
Imposto de renda e contribuição social	15	(467)	(173)	(571)	(173)
Lucro líquido do exercício		27.308	8.686	27.308	8.686
lucro básico e diluído atribuível por lote de mil ações r$				0,064	0,045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVIII S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	27.308	8.686	27.308	8.686
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Total do resultado abrangente	27.308	8.686	27.308	8.686

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVIII S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

		Capital social subscrito	(-) Capital social a integralizar	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		400.000	(235.000)	-	-	(3.950)	161.050
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	8.686	8.686
Cancelamento de ações não integralizadas	13	(235.000)	235.000	-	-	-	-
Redução de capital	13	(26.104)	-	-	-	-	(26.104)
Reserva legal	13	-	-	237	-	(237)	-
Reserva de lucros		-	-	-	3.375	(3.375)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13	-	-	-	-	(1.124)	(1.124)
Incorporação	1.1	160.309	-	-	-	-	160.309
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		299.205	-	237	3.375	-	302.817
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	27.308	27.308
Redução de capital	12	(57.242)	-	-	-	-	(57.242)
Compensação de prejuízo acumulado (2022)		(3.950)	-	-	3.950	-	-
Aujste Reserva Legal (2023)	12	-	-	197	(197)	-	-
Distribuíção de dividendos	12	-	-	-	(7.127)	-	(7.127)
Incorporação	1.1	154.987	-	-	-	-	154.987
Aumento de capital	12	35.000	-	-	-	-	35.000
Reserva legal	12	-	-	1.366	-	(1.366)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	12	-	-	-	-	(6.486)	(6.486)
Reserva de lucros		-	-	-	19.456	(19.456)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		428.000	-	1.800	19.457	-	449.257

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING XVIII S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		27.775	8.859	27.879	8.859
Ajustes de receitas e despesas:					
Depreciação e amortização	8	-	-	20.951	15.884
Resultado com participações societárias	8	(26.347)	(8.282)	(46.878)	(24.521)
(Aumento) redução nos ativos e passivos					
Tributos a recuperar		(1.029)	(296)	(613)	(350)
Partes relacionadas	10	1	(132)	(8.823)	(32)
Outras contas a receber		-	-	-	53
Fornecedores	9	(4)	(28)	(1.547)	1.440
Tributos e obrigações trabalhistas a pagar		697	(8)	896	(7)
Caixa gerado proveniente das (aplicado nas) operações		1.093	113	(8.135)	1.326
Imposto de renda e contribuição social pagos		(404)	-	(498)	-
Caixa líquido gerado proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		689	113	(8.633)	1.326
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Redução de capital em investidas	8	21.583	12.600	-	2.240
Partes relacionadas - recebimento de dividendos		7.868	-	32.099	11.025
Ajuste do preço de aquisição	8	-	-	-	(1.739)
Saldo de caixa de Incorporação	1.1	-	8.743	-	9.743
Caixa líquido proveniente das atividades de investimento		29.451	21.343	32.099	21.269
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes relacionadas - pagamento de dividendos		(8.253)	-	-	-
Redução de capital	12	(57.242)	(26.104)	(57.242)	(26.104)
Aumento de capital	12	35.000	-	35.000	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(30.495)	(26.104)	(22.242)	(26.104)
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(355)	(4.648)	1.224	(3.509)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		516	5.164	1.788	5.297
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		161	516	3.012	1.788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, nº 98, 4º andar, Jardim Europa, foi constituída em 10 de janeiro de 2022 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista

A Companhia possui como controlador direto o Pátria Infraestrutura Energia Core Renda Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“PIER”) e possui 100% de participação direta na companhia Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

1.1. Principais movimentações

(a) Reorganização Societária – Incorporação no exercício de 2024.

Dando continuidade ao processo de otimização societária do grupo, os acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de março de 2024, aprovaram, por unanimidade, o protocolo de Incorporação (“Incorporação”) da Infraestrutura Brasil Holding XVI-A S.A. (“IBH XVI-A”). Essa sociedade, vinculada à Companhia, foi constituída em 31 de janeiro de 2024 e, em 12 de março de 2024, recebeu um acervo líquido no valor de R$107.585 da Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A., por meio de Cisão. Posteriormente, o PIER integralizou debêntures privadas na IBH XVI-A e aportou o investimento que detinha na Infraestrutura Brasil Holding XVII-A S.A., no montante de R$47.412 mediante emissão de 47.411.538 ações ordinárias. Desta forma, o PIER - acionista indireto e detentor de 100% da IBH XIX - ampliou sua participação em 17% na Essentia PCHs, ao passo que o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia (“FIP IV”) – acionista indireto e detentor de 100% da IBH XVII – reduziu sua participação nesta mesma proporção de 17%. A referida Incorporação foi efetuada com base em Laudo de Avaliação elaborado por avaliadores independentes, na data base de 12 de março de 2024, baseados no valor patrimonial contábil.

Em decorrência da Incorporação, o patrimônio líquido da Companhia aumentou em R$154.988, na exata proporção do acervo líquido incorporado, sendo o referido aumento integralmente destinado à conta de capital social, com a integralização de 154.987.281 ações ordinárias em montante equivalente ao valor do acervo patrimonial levantado.

O acervo líquido incorporado na data da efetivação da incorporação em 12 de março de 2024 está composto abaixo:

Ativo	12.03.2024	Passivo e patrimônio líquido	12.03.2024
Não circulante		Circulante	
Investimentos	154.998	Outros passivos	10
	154.998		10
		Patrimônio líquido	
		Capital social	154.987
		Reserva de lucros	1
			154.998
Total do Ativo	154.998	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	154.998

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. Base de elaboração e apresentação

A As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 03 de março de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3.1. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisição societárias e análise quanto à redução ao valor recuperável ("impairment") dos seus ativos. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

2.5. Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e sua controlada, no qual a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

(i) Eliminação do patrimônio líquido da controlada.

(ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.

(iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre a empresa consolidada, bem como das contas mantidas entre a controlada.

Abaixo a relação das investidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Controlada direta

Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.

A Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., com sede e foro na cidade e estado de São Paulo foi constituída em 10 de fevereiro de 2022 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou quotista. Possui 49% de participação na empresa Essentia PCHs S.A. (32%% em 31 de dezembro de 2023).

Investidas indiretas

As empresas investidas em que a Companhia não é a Controladora não são consolidadas para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Abaixo a descrição das investidas indiretas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Essentia PCHs S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 a participação da indireta da Companhia na investida alterou de 32% para 49% conforme nota explicativa 1.1.

A Essentia PCHs S.A. com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 6 de dezembro de 2005 e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, ou a participação em associações, fundações ou consórcios, notadamente cujo objeto seja promover, construir, instalar e explorar projetos de geração, distribuição, transmissão, comercialização de energia e serviços correlatos; a promoção de serviços em negócios de energia, bem como serviços de apoio técnico, operacional, administrativo e financeiro, especialmente a subsidiárias e afiliadas; e a promoção de empreendimentos no setor de geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia e atividades correlatas.

Galheiros Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, conforme Resolução Autorizativa no 2.489, de 27 de julho de 2010, e Resolução Autorizativa no 3.730, de 23 de outubro de 2012, da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH Galheiros I, com 12,06 MW de potência instalada, localizada no rio Galheiros, na bacia hidrográfica do rio Tocantins, no Município de São Domingos, Estado de Goiás e a implantar as instalações de transmissão de interesse restrito da PCH Galheiros I, constituídas de subestação da usina com capacidade de 12,1 MVA, 6,9/69 kV, interligando-se em 138 kV ao sistema da Companhia de Energia Elétrica de Goiás (CELG), na subestação Iaciara (SE), mediante conexão à SE elevadora (69/138 kV) da PCH São Domingos II, por meio de uma LT (Linha de Transmissão) 69 kV, em circuito simples, com cerca de 3,3 km de extensão.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), através do Despacho no 3.570, de 8 de novembro de 2012, autorizou o início da operação comercial da PCH Galheiros I, a partir de 9 de novembro de 2012.

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passou a ser até 09 de novembro de 2042.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Galheiros I que passa a ser até 07 de novembro de 2049.

Santa Cruz Power Corporation Usinas Hidroelétricas S.A.

Produtor independente de energia elétrica , conforme Resolução Autorizativa nº 510, de 26 de novembro de 2001, Despacho nº 1.892, de 18 de agosto de 2006, Despacho nº 1.532, de 23 de abril de 2009, Despacho nº 1.999, de 13 de julho de 2010, e Despacho nº 3.984, de 11 de outubro de 2011), autorizado a explorar a Pequena Central Hidrelétrica PCH São Domingos II, com 24,7 MW de potência instalada, localizado no Rio São Domingos, bacia hidrográfica do Rio Tocantins, Município de São Domingos, Estado de Goiás, e das instalações de interesse restrito da central geradora, constituídas de uma Subestação Elevadora interligada à Casa de Força com capacidade de 30.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, denominada Casa de Força, de onde parte uma linha de transmissão de 1,4 km de extensão, conectando-a com a Subestação Elevadora São Domingos II, com capacidade de 41.700 kVA, 69 kV/138 kV; a partir daí, parte uma linha de transmissão em circuito simples de 90,69 km de extensão, em 138 kV, interligando-a na Subestação Iaciara.

O início da operação comercial da PCH São Domingos II foi autorizado pela ANEEL a partir de 7 de maio de 2009 (Despacho nº 1.680, de 06 de maio de 2009).

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passou a ser até 05 de maio de 2039

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH São Domingos II que passa a ser até 05 de maio de 2046.

Afluente Geração de Energia Elétrica S.A.

Concessionário de energia elétrica, que opera as PCHs de Presidente Goulart e Alto Fêmeas I, localizada no rio Correntina e rio das Fêmeas, nas cidades de Correntina e São Desidério, respectivamente. A PCH Alto Fêmeas possui capacidade instalada de 10,7 MW distribuída em 3 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Horizontais e a PCH Presidente Goulart possui capacidade instalada de 8,0 MW distribuída em 2 unidades geradoras de potências iguais com turbinas Francis Verticais.

A Afluente G possui Contrato de Concessão o qual estabelecia o prazo de vigência até 08 de agosto de 2027 para a PCH Presidente Goulart, enquanto para a PCH Alto Fêmeas o prazo era até 19 de outubro de 2027, e que tem como objeto estabelecer as condições para a prestação do serviço público de geração de energia elétrica.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da concessão da PCH Presidente Goulart para 21 de março de 2029 e da PCH Alto Fêmeas para 20 de dezembro de 2028. No caso da Afluente G, a infraestrutura recebida ou construída da atividade de geração é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber pela energia gerada e entregue no sistema (emissão de faturamento mensal da medição de energia gerada/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Goiás Sul Geração de Energia Elétrica S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituído em 17 de janeiro de 2006, conforme Resolução nº 703, de 17 de dezembro de 2002, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e Resolução Autorizativa nº 59, de 17 de fevereiro de 2004, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás, cuja energia é gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW), bem como as instalações de interesse restrito, constituídas de uma Subestação Elevadora da PCH Goiandira, de onde parte uma linha de transmissão em 69 kV com aproximadamente 20 km de extensão até a Subestação da PCH Nova Aurora, 24.000 kVA, 6,9 kV/69 kV, interligando de forma compartilhada as duas usinas ao sistema, por meio de um ramal de circuito simples em 69 kV, com aproximadamente 40 km de extensão até a Subestação Ipameri.

O início da operação comercial da PCH Goiandira foi autorizado pela ANEEL com a entrada em operação da primeira unidade geradora a partir de 08 de dezembro de 2010 (Despacho nº 3.766/2010) e da PCH Nova Aurora em 18 de janeiro de 2011 (Despacho nº 12/2011).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passou a ser até 11 de novembro de 2040 e da PCH Nova Aurora que passou a ser até 19 de janeiro de 2041.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Goiandira que passa a ser até 13 de junho de 2045 e da PCH Nova Aurora que passa a ser até 02 de setembro de 2045.

Rio PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica , constituída em 26 de janeiro de 2007, com o propósito de explorar as pequenas centrais hidrelétricas ("PCH") de Pirapetinga (20 MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no Rio Itabapoana, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, que entraram em operação em 2009, a implantar e operar as instalações de interesse restrito da PCH Pedra do Garrafão, constituídas de subestação da usina interligando-se ao sistema por meio de uma linha de transmissão em circuito simples, de 69 kV, com 16 km de extensão até à subestação de Mimoso do Sul, bem como as instalações de interesse restrito da PCH Pirapetinga, constituídas de subestação da usina e uma linha de transmissão, circuito simples, em 69 kV com 23 km de extensão, conectada à subestação Itaperuna.

A energia elétrica produzida destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, sendo comercializada majoritariamente no ambiente de contratação regulada (ACR).

O início da operação comercial da PCH Pirapetinga foi autorizado pela ANEEL a partir de 13 de agosto de 2009 (Despacho nº 3.011/2009) e da PCH Pedra do Garrafão a partir de 17 de setembro de 2009 (Despacho nº 3.526/2009).

Em 31 de janeiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 11.023/2021, que alterou o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passou a ser até 14 de agosto de 2039 e da PCH Pedra do Garrafão que passou a ser até 19 de setembro de 2039.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Pirapetinga que passa a ser até 26 de janeiro de 2044 e da PCH Pedra do Garrafão que passa a ser até 20 de fevereiro de 2044.

Bahia PCH I S.A.

Produtor independente de energia elétrica, constituída em 1º de maio de 2007, com o propósito de construir, operar e manter a PCH Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério, BA, cuja energia é gerada através de duas unidades geradoras que tem potência instalada de 25 MW. Sua licença de instalação foi obtida em 03 de agosto de 2007, e sua entrada em operação ocorreu em outubro de 2010.

Em 26 de outubro de 2021, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 10.748/2021, retificada em 25 de novembro de 2021, alterando o prazo da outorga de autorização da PCH Sítio Grande que passou a ser até 23 de outubro de 2040.

Em 10 de outubro de 2023, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 14.896/2023, que altera o prazo da outorga de autorização da PCH Sitio Grande que passa a ser até 22 de outubro de 2047. Possui contrato de suprimento de energia com a Vale do Rio Doce Energia, com vigência até 31 de dezembro de 2029.

2.6 Transações com participações de não controladores

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas do Grupo.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais práticas contábeis e critérios de consolidação estão sendo apresentadas com as respectivas notas explicativas.

4. GESTÃO DE RISCO

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a fatores de risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas da Companhia. A Tesouraria avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a administração.

(a) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia, para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, não-descontados, excluindo impacto de acordos de compensação correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

						Controladora
		Vencimentos				
	Nota	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	11	14	-	-	-	14
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	11	7	-	-	-	7
Partes relacionadas	12	1.131	-	-	-	1.131

						Consolidado
		Vencimentos				
	Nota	Até um ano (i)	Acima de 1 até 3 anos (i)	Acima de 3 até 5 anos (i)	Acima de 5 anos (i)	Total Geral
Em 31 de dezembro de 2024						
Fornecedores	10	18	-	-	-	18
Em 31 de dezembro de 2023						
Fornecedores	10	1.554	-	-	-	1.554
Partes relacionadas	11	1.124	-	-	-	1.124

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

4.3. Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades das investidas indiretas do Companhia, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

(b) Risco hidrológico

A energia produzida pelas usinas geradoras de energia elétrica no Brasil é destinada ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"). As atividades de coordenação e controle da operação do sistema elétrico são executadas pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"), que procura gerir os recursos energéticos de forma a garantir o despacho ótimo e a segurança do abastecimento energético em todo o país. As usinas hidrelétricas representam uma parte relevante da capacidade instalada de geração de energia elétrica no Brasil.

Como forma de compartilhar os riscos financeiros associados à comercialização de energia elétrica pelas usinas hidráulicas, foi criado o Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). O MRE assegura que, no processo da contabilização na CCEE, as usinas participantes do MRE recebam seus níveis de garantia física independentemente da sua produção real de energia, desde que a geração total do MRE não esteja abaixo do total da garantia física de todas as usinas participantes do MRE.

O Fator de Ajuste da Garantia Física ("GSF") pode ser interpretado como o percentual de energia que todos os geradores participantes do MRE geraram em relação ao total da garantia física conjunta do MRE em um determinado mês. Quando o GSF for menor que 100%, os geradores participantes do MRE estão gerando menos energia do que o montante total de sua garantia física em determinado mês. Este déficit de geração, usualmente ocasionado por condições hidrológicas, mas que no passado também foi afetado por atrasos na entrada em operação de grandes usinas hidrelétricas ou operação destas usinas em condição ineficiente, dentre outros fatores, incorre em uma exposição que é rateada proporcionalmente entre todos os participantes do MRE levando-se em conta a garantia física de cada um. Desta forma, as usinas das investidas do Grupo participantes do MRE têm sua Garantia Física afetada positiva ou negativamente em função do resultado da geração de energia de todas as usinas participantes no MRE e necessitam constantemente comprar ou vender energia para ajustar sua Garantia Física às suas obrigações nos contratos de compra e venda de energia com seus clientes, o que pode impactar os resultados da Companhia.

Adicionalmente, às usinas do Grupo participantes do MRE foram atribuídas garantias físicas pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") ("Garantia Física"). A garantia física determina o montante de lastro de energia que estas usinas têm para comercializar e este montante é revisado com base na média de geração de energia de cinco anos. Especificamente em relação às usinas do Grupo, nos últimos cinco anos a média de sua geração de energia ficou abaixo da sua garantia física a elas atribuídas o que pode ocasionar a redução de suas garantias físicas e, portanto, resultar numa maior necessidade de compra de energia, o que também pode impactar negativamente os resultados da Companhia.

As investidas da Companhia possuem uma política de "comercialização" de energia que é implementada pela área comercial e pelo comitê de comercialização de energia que monitoram mensalmente as necessidades de compra e venda de energia do Grupo no curto e longo prazo.

(c) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro do Grupo. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que o Grupo terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio.

(d) Mudanças climáticas

As mudanças climáticas têm um impacto significativo na geração de energia hidrelétrica. A disponibilidade de água é fundamental para gerar eletricidade através das hidrelétricas, e as mudanças no clima podem afetar o fluxo de água nos rios e, consequentemente, a produção de energia elétrica.

As hidrelétricas são projetadas para lidar com variações na disponibilidade de água, mas eventos extremos de seca e cheias podem representar um desafio significativo para a geração de energia elétrica principalmente para as Pequenas Centrais Hidrelétricas. Para se prevenir desses eventos, a Companhia tem adotado as seguintes medidas:

1. Monitoramento constante dos níveis de água nos reservatórios e nos rios para antecipar possíveis eventos extremos e tomar medidas preventivas.

2. Utilização de previsões meteorológicas para se preparar para eventos extremos, como cheias ou secas prolongadas.

3. Criação do comitê de risco para gestão de energia, monitoramento das condições do GSF e da geração das usinas para realização de balanço energético e busca fazer a administração dos contratos de energia da forma mais eficiente possível.

Essas medidas são importantes para garantir a segurança e a eficiência da geração de energia elétrica em condições extremas de clima.

4.4. Ativos e passivos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são reconhecidas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 o Grupo não identificou evidências de perda por impairment para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

Ativos Financeiros		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Caixa e equivalentes de caixa	6	161	516	3.012	1.788
Partes relacionadas	11	100	1.098	9.360	7.392
Ao custo amortizado		261	1.614	12.372	9.180

Passivos Financeiros		Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Passivo, conforme o balanço patrimonial					
Fornecedores	10	14	7	18	1.554
Partes relacionadas	11	-	131	-	1.124
Ao custo amortizado		14	138	18	2.678

5. ADOÇÃO DE NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Norma	Alteração	Vigência
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo Não Circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	01.01.2024

Revisadas e vigentes

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Revisadas e não vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) – Demonstrações consolidadas		
CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida
CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade	01.01.2025
IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis	Novas categorias de apresentação na Demonstração do Resultado e informações sobre medidas de desempenho detalhadas	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01.01.2027

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Recursos em banco e em caixa	1	1	2	46
Recursos em aplicações financeiras	160	515	3.010	1.742
	161	516	3.012	1.788

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

As aplicações financeiras são em CDBs de liquidez diária, remunerados por taxa de 97% a 100,50% do CDI, em 31 de dezembro de 2024 (98% a 100,50% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7 TRIBUTOS A RECUPERAR

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
IRRF	399	345	524	506
IRPJ e CSLL	333	-	421	-
Outros	169	-	174	-
	901	345	1.119	506

8. INVESTIMENTOS

Política contábil

Os investimentos em controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Movimentação do investimento

	Controladora
	IBH XIX
Participação acionária	100%
31 de dezembro de 2022	155.919
Incorporação	151.566
Redução de capital	(12.600)
Equivalência patrimonial	8.282
Dividendos mínimos obrigatórios	(997)
31 de dezembro de 2023	302.170
Participação acionária	100%
Em 31 de dezembro de 2023	302.170
Equivalência patrimonial	26.347
Incorporação (i)	154.998
Redução de capital (ii)	(21.583)
Dividendos distribuídos	(13.129
31 de dezembro de 2024	448.803

(i) Conforme descrito na nota explicativa n°1.1.

(ii) Redução de capital realizada em 02 de julho de 2024 conforme AGOE.

	Consolidado
	Essentia PCHs
Participação acionária	32%
31 de dezembro de 2022	153.138
Equivalência patrimonial	24.521
Incorporação (i)	150.566
Ajuste preço de aquisição	1.739
Dividendos distribuídos	(8.464)
Redução de capital	(2.240)
Amortização mais-valia	(15.884)
Dividendos distribuídos	(7.392)
31 de dezembro de 2023	295.984
Participação acionária	49%
Em 31 de dezembro de 2023	295.984
Equivalência patrimonial	46.878
Incorporação (i)	154.998
Dividendos distribuídos	(46.625)
Amortização mais-valia	(20.951)
31 de dezembro de 2024	430.284

(i) Durante o exercício de 2024, a sua controlada direta Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A. aumentou de 32% para 49% a participação societária na Essentia PCHs S.A devido a incorporação realizada em 12 de março de 2024 conforme NE 1.1.

(b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada direta e da investida indireta:

Controlada direta

IBH XIX	31/12/2024	31/12/2023
Balanço Patrimonial resumido		
Participação acionária	100%	100%
Ativo circulante	24.987	8.831
Ativo não circulante	430.284	295.984
Passivo circulante	6.467	2.325
Passivo não circulante	-	-
Patrimônio líquido	448.803	302.170
Lucro (prejuízo) líquido	26.347	8.282

Investida indireta

Essentia PCHs	31/12/2024	31/12/2023
Balanço Patrimonial resumido		
Participação acionária	49%	31,8%
Ativo circulante	119.454	128.387
Ativo não circulante	562.678	581.542
Passivo circulante	131.071	86.147
Passivo não circulante	419.966	500.073
Patrimônio líquido	131.095	123.709
Lucro líquido	102.829	92.984

9. FORNECEDORES

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços	12	7	17	1.554
	12	7	17	1.554

10. PARTES RELACIONADAS

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realizou transações com partes relacionadas conforme apresentado a seguir.

		Controladora		Controladora	
		31/12/2024		31/12/2023	
Empresas	Natureza	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Contas a receber	100	-	-	7
		100	-	-	7

		Controladora		Controladora	
		31/12/2024		31/12/2023	
Empresas	Natureza	Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo circulante	Passivo circulante
Pátria Infraestrutura FIP IE	Dividendos	-	6.486	-	1.124
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Dividendos	6.257	-	997	-
Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A.	Outras contas a receber	-	-	101	-
		6.257	6.486	1.098	1.124
Total		6.357	6.486	1.098	1.131

					Consolidado
Empresas	Natureza	31/12/2024 Ativo circulante	31/12/2024 Passivo circulante	31/12/2023 Ativo circulante	31/12/2023 Passivo circulante
Pátria Infraestrutura FIP IE	Dividendos a pagar	-	6.486	-	1.124
Essentia PCHs S.A.	Dividendos a receber	21.918	-	7.392	-
		21.918	6.486	7.392	1.124
		21.918	6.486	7.392	1.124

Remuneração do pessoal-chave da administração

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não houve valores de remuneração do pessoal chave da Administração, pois as despesas estão sendo centralizadas por outra empresa do Grupo (Infraestrutura Brasil Holding I S.A.), os montantes incluindo encargos e benefícios correspondem a R$4.271 (R$4.865 em 31 de dezembro de 2023 e uma média de R$1.880).

11. PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia e sua controlada não possuem ações, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como prováveis e possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos.

12 PATRIMÔNIO *LÍQUIDO*

(a) Capital social

Abaixo a composição do capital social subscrito e integralizado por ações ordinárias:

	31 de dezembro de 2024			31 de dezembro de 2023		
Acionistas	Participação - %	Quantidade de ações	Total	Participação - %	Quantidade de ações	Total
Pátria Infraestrutura FIP IE	100%			100%		
Subscritas e Integralizadas		428.000.000	428.000		299.205.404	299.205
	100%	428.000.000	428.000	100%	299.205.404	299.205

Em 12 de março de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia em decorrência da Incorporação do Patrimônio Líquido da IBH XVI-A, no valor de R$154.987, mediante a emissão de 154.987.281 (cento e sessenta milhões, trezentas e nove mil, quatrocentas e quatro) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, conforme Laudo de Avaliação de Incorporação elaborado pela Empresa avaliadora.

Em 27 de março de 2024, foi aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R$35.000 conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária.

Em 10 de abril de 2024, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a compensação de prejuízo acumulado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de R$3.950, contra o capital social da Companhia.

Em 02 de julho de 2024, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado redução de capital da Companhia no total de R$22.642 através de restituição ao acionista.

Em 05 de setembro de 2024, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada redução de capital da Companhia no total de R$34.600 através de restituição ao acionista.

(b) Reserva legal

É constituída à razão do lucro líquido apurado em cada exercício social até o limite de 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi realizado um complemento da reserva legal no montante de R$197 relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e constituído R$1.366 relativo ao exercício atual.

(c) Dividendos

A Companhia registrou 25% de dividendos mínimos obrigatórios relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R$6.486 para seu acionista Pátria Infraestrutura FIP IE e dividendos adicionais no valor de R$7.127 relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(d) Lucro básico e diluído por lote de mil ações

Lucro básico por lote de mil ações	31/12/2024	31/12/2023
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	27.308	8.686
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	426.227	182.703
Lucro básico atribuível por lote de mil ações	0,0641	0,0453

13 DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de terceiros	351	82	422	308
Outras despesas operacionais	1	-	1	390
Depreciações e amortizações	-	-	20.951	15.884
	352	82	21.374	16.582

14 RESULTADO FINANCEIRO

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras. As despesas financeiras sobre debêntures são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem os valores de atualizações financeiras, variações cambiais taxas, tarifas e multas.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outras despesas financeiras	(8)	(2)	(15)	(4)
	(8)	(2)	(15)	(4)
Total das despesas financeiras	(8)	(2)	(15)	(4)
Receitas de aplicações financeiras	1.771	655	2.363	905
Outras receitas financeiras	17	6	27	19
	1.788	661	2.390	924
Total das receitas financeiras	1.788	661	2.390	924
Resultado financeiro	1.780	659	2.375	920

15 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

Política contábil

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social são apurados com base no regime de tributação do lucro real.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	27.775	8.859	27.879	8.859
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto calculado com base na alíquota vigente	(9.444)	(3.012)	(9.480)	(3.013)
Despesas permanentes não dedutíveis	11	23	(7.120)	23
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	8	-	90	(5.520)
Resultado de equivalência patrimonial	8.958	2.816	15.939	8.337
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(467)	(173)	(571)	(173)
Imposto Corrente	(467)	(173)	(571)	(173)

Em 31 de dezembro de 2024 não foram reconhecidos os ativos de impostos diferidos relacionados a diferenças temporárias no montante de R$17, pois a Companhia não tem expectativa de geração de resultado tributável futuro para realização do valor.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

Até a data de emissão dessas demonstrações financeiras não temos conhecimento de quaisquer eventos subsequentes relevantes que, em nosso entendimento, requeiram divulgação.

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A Administração da Infraestrutura Brasil Holding XVIII S.A ("Companhia" ou "IBH XVIII") apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras consolidadas, com os Relatórios dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia

A IBH XVIII é uma sociedade anônima de capital fechado que faz parte do grupo Essentia Energia, cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e tem como investimento a sociedade Infraestrutura Brasil Holding XIX S.A., Essentia PCH S.A. e suas controladas (em conjunto, as "PCHs").

As PCHs estão localizadas nos estados de Bahia, Goiás e Rio de Janeiro e possuem capacidade instalada total de aproximadamente 167 MW.

Governança corporativa

A Companhia vem desenvolvendo seu sistema de gestão, baseando-se sempre nas melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Responsabilidade ambiental e social

A IBH XVIII vem trabalhando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho.

A Companhia possui Políticas de Sustentabilidade que contemplam os aspectos ambientais, sociais e de saúde e segurança do trabalho. O cumprimento da legislação vigente e a preservação do meio ambiente, assim como a preservação da saúde de todos os seus colaboradores e de quem atua em seu nome são princípios primordiais.

Recursos humanos

O capital humano é extremamente relevante para a IBH XVIII, sendo a Companhia conduzida por profissionais altamente qualificados e com larga experiência no setor de energia.

A adoção de regras consoantes com as orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes refletem as medidas tomadas para garantir a saúde dos colaboradores e nas práticas perpetuadas pela Companhia, quais sejam: comunicação ativa, ações de higienização de espaços e áreas de circulação, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

Agradecimentos.

A Companhia registra os seus agradecimentos aos membros da Diretoria e do seu Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da Companhia. Especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. A Companhia também deixa consignado seu agradecimento aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades do Grupo no exercício de 2024.

A Administração